**DA HISTÓRIA POLÍTICA À HISTÓRIA FILOSÓFICA DO POLÍTICO: UMA MANEIRA DE PENSAR A HISTÓRIA MEDIANTE A PROPOSTA DE PIERRE ROSANVALLON**

Pedro Paulo Lima Barbosa[[1]](#footnote-2)\*

 **RESUMO**

Pretendemos, neste texto, pensar o fazer da história mediante a proposta de Pierre Rosanvallon por meio da história filosófica do político a qual explicita as relações existentes entre sujeitos históricos e o mundo que os cercam. Para tanto, procuraremos apontar um dentre os vários caminhos da história política ao longo da primeira metade do século XX até chegarmos à história das ideias e a proposta de Rosanvallon de entender o social a partir do político.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Política, Pierre Rosanvallon, História social do político.

**ABSTRACT**

We intend, in this paper, to consider the making of history proposed by Pierre Rosanvallon through the philosophical history of politics which explains the relationship between historical subjects and the world around them. In order to do so, we try to highlight, one ways among the several that political history during the first half of the twentieth century pursued in order to reach the history of ideas and understand the proposal of Rosanvallon of grasping the social from the political.

**KEYWORDS:** Political History, Pierre Rosanvallon, social History of politics.

**Introdução**

Em seu livro *O que é história cultural?* o historiador inglês Peter Burke compara o ramo da história cultural com a personagem de contos de fada “Cinderela”, pois, para ele, a história cultural, “outrora Cinderela entre as disciplinas, desprezada por suas irmãs mais bem-sucedidas, foi redescoberta nos anos 1970” (BURKE, 2008, p. 7).

Ora, se a história cultural, na visão desse autor, pode ser comparada a este personagem de contos de fada, acreditamos que comparação semelhante a esta pode ser feita com a história política quanto a seu *status* no campo historiográfico. Evidentemente, não com o mesmo personagem infantil, mas com outro: o jovem Adam.

Adam, mais conhecido como a “Fera” do conto infantil “A Bela e a Fera”, era um jovem príncipe belo e arrogante que menosprezava outrem por acreditar que não precisava de ninguém e por considerar-se superior aos demais. Guardadas as devidas proporções, assim era a história política que teve grande destaque na França entre os séculos XVI e XIX (LE GOFF, 1990, p. 217) Uma história que, para muitos, poderia considerar-se senhora de si. O que a induziu a uma má reputação entre outros historiadores foram, principalmente, os franceses.

Por muito tempo, mais especificamente após 1930, com a ascensão do grupo dos *Annales* na França, a história política foi tida como uma história em declínio por muitos historiadores. Por pensarmos que esse “declínio” não existiu, não, ao menos, na mesma proporção que se afirmavam, propomo-nos, nesse artigo, trazer à baila algumas considerações acerca da história política, bem como apresentar uma proposta de trabalho por meio das ideias de Pierre Rosanvallon e sua história filosófica do político. Mas, afinal, como “era” então essa história política? Quais foram suas influências ao longo do século XX? São essas e outras questões que procuraremos respondê-las ao longo desse texto.

**A história política: críticas e renovações de um método**

É inegável que a produção da História é histórica; logo, nós, historiadores, respondemos mais às questões de nossa própria época do que somos capazes de explicarmos outra. Destarte, vários métodos explicativos surgem e desaparecem ao longo do tempo ou, quando não, influenciam ora mais ora menos uma época, de acordo com as tendências do momento. Como exemplo do que estamos nos referindo, podemos citar as três principais correntes que influenciaram sobremaneira o século XX. Foram elas: *Annales*, marxista e política.

A história política, eclipsada pelo grupo dos *Annales,* sofreu um forte revés a partir da década de 1930, quando muitos historiadores dessa época e seguintes passaram a considerá-la “tradicional”. Mediante este contratempo, era necessário um novo reposicionamento dos historiadores que faziam história política frente às fontes, a seus objetos de análise, enfim, sobre o seu *métier.*

O historiador francês François Furet, em entrevista concedida à Aspásia Camargo em abril de 1987, é categórico ao afirmar que o grupo dos *Annales* teve como principal mérito sobre a história política o seguinte fato:

Creio que a universalização dos *Annales* foi veiculada também por outros fatores além da própria força da corrente dos *Annales*. Aliás, se você quer minha opinião sincera, penso que os Annales nunca propuseram uma epistemologia histórica, que não existiu um único metodológico na *Ecole dês Annales,* e que,por conseguinte, o que fez sua reputação foi algo bastante vago, ou seja, sua proposta de deslocar o tema da história, do político, para o econômico e o social, do curto prazo para o longo prazo. É preciso acrescentar ainda que o acaso fez que aparecesse um número relativamente grande de bons historiadores na França, depois da Segunda Guerra Mundial, que divulgaram a *Ecole dês Annales,* tudo isto somado à existência de uma instituição verdadeira e forte como a *Ecole dês Hautes Etudes* (FURET, 1988, p. 151, 152)

Foi, evidentemente por mérito, que o grupo dos *Annales* ampliou seu espaço no saber historiográfico na França. Isto graças a valores próprios e, também, certa estagnação da história política que a marcava nas primeiras décadas do século XX, neste país.

Contudo, a recolocação da história política deu-se em duas frentes, a saber: a primeira, na qual os historiadores da história política tinham de enfrentar as críticas oriundas por parte dos *Annales* e dos historiadores marxistas. Já a segunda, se deu por meio de uma revitalização dessa área por meio de uma readequação de seu método de fazer a história. Essas duas questões juntas formavam uma mesma questão: a necessidade de se repensar o *habitus* do historiador do político.

Os anos e as décadas que se seguiram a 1930 não foram fáceis aos historiadores do político, pois tinham de provar a eficácia de seu método em uma época em que, cada vez mais, se questionava não apenas as técnicas historiográficas como também os objetos, os campos e até mesmo a função da história e do historiador. O historiador francês Jacques Julliard, em uma avalanche de adjetivos negativos à história política, demonstra o que era entendido enquanto tal: uma história universal, psicológica, elitista, biográfica, qualitativa, narrativa, idealista, ideológica, parcial, que se prende ao consciente e mira os pontos precisos, bem como ignora a sociedade global e as massas. Enfim, tratava-se de uma “história factual”*.* Determina-se em confundir-se com uma visão ingênua das coisas. Considerava-se que a história não merecia a denominação de ciência “humana” e, especialmente, o de ciência social, pois havia a necessidade de colocar em foco grupos de pessoas e não apenas sujeitos individuais (JULLIARD, 1995, p. 185).

Assim, como razão principal do “declínio” da história política na França, podemos citar o surgimento da Revista dos *Annales* nesse país, “Annales d’histoire économique et sociale”, cujos editores eram Lucien Febvre e Marc Bloch, os quais viam a maneira de se fazer a história política como retrógrada e acabada. A proposta, então, de seus editores era tornar a revista porta–voz, bem como um bastião na luta contra a chamada história política:

A revista foi planejada, desde o seu início, para ser algo mais do que uma outra revista histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta–voz, melhor dizendo, o alto–falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história (BURKE, 1991, p. 33).

Cada vez mais, mediante o surgimento dos *Annales*, a história política passou a ser vista com desprezo ou desconfiança pelos historiadores, principalmente os partidários dessa “nova história”, bem como os adeptos da teoria marxista. Capitaneados por ambas as correntes, historiadores contrários à história política ignoraram os fenômenos políticos, vendo-os como um mero problema econômico mal expressado (RÉMOND, 2003, p. 23).

Ora, devemo-nos lembrar de que embora Lucien Febvre e Marc Bloch fizessem críticas contundentes à história política, os fundadores dos *Annales* criticavam não a política em si, mas sim uma forma de fazer a história. Febvre, em seu livro “Combates pela História” afirmou:

Com toda a simplicidade e sem o menor preconceito: para além deste livro, não é contra um historiador, mas contra uma determinada concepção de história que eu me declaro; (...) uma concepção que eu repudio com todo o meu ser e que de bom grado consideraria responsável, em parte, por esta espécie de descrédito, ao mesmo tempo injusto e justificado, com que a história é, muitas vezes, vista pelos ‘leigos’. Uma certa história (FEBVRE, 1989, p. 92).

Como observamos no excerto supracitado, Lucien Febvre se opunha peremptoriamente não à história política em si, mas a uma “concepção de história” política que predominava em sua época. A crítica, a qual a história política sofria, estava ligada a dois fatores. O primeiro diz respeito à comodidade de entendê-la como “imóvel”, incapaz de explicar a realidade. Já o segundo fator estava relacionado ao modo como o político era visto pelos seus críticos: o “conflito de concepções” da política. (RÉMOND, 2003, p. 19)

As críticas sofridas pela história política fê-la descer de seu pináculo, de sua “zona de conforto”, até então segura. Ou, como colocado na introdução deste trabalho, é possível vê-la personificada na “fera” em que havia se transformado, ou seja, uma história política isolada em si mesma e em seus métodos pouco eficazes às novas mudanças na sociedade. Para uns, ela teria passado por uma crise.[[2]](#footnote-3) Para outros, porém, o que houve com a história política foi que “ela deixou de produzir uma problemática, e de inspirar trabalhos inovadores” (JULLIARD, 1995, p. 181).

Deste modo, sua função de fomentar novos e inovadores trabalhos cessaram, propiciando a ignorância de sua produção. Para o historiador francês Jacques Julliard, isso se deu no instante em que os críticos da história política confundiram as insuficiências dos métodos de análise dessa história com seus objetos.

Ora, com a necessidade da utilização dos meios modernos de comunicação e de informação, tal como Julliard menciona, acreditamos que a questão da qualificação de um grande número de acontecimentos tornarem-se políticos. Cria-se, assim, numa sociedade, uma grande repercussão dos fatos, o que faz com que a natureza deles alcance o adjetivo de políticos em sua análise.

Nesse sentido, “o fenômeno duplo da revolução das massas e da programação dos grandes setores da atividade social conduz-nos a uma concepção da política infinitamente mais ampla do que a que foi, geralmente, admitida.” Assim, o foco não recai exclusivamente sobre a questão de a história política ser inteligível ou não, mas “saber se, agora, pode existir uma inteligibilidade da história, fora da referência ao universo político. Se agora a política ocupa o posto de comando, a instância política, embora condicionada, não deixará por isso de ser a mais significativa” (JULLIARD, 1995, p. 184).

Destarte, a história deve compreender o vivido, não se restringindo, exclusivamente, ao campo político, pois ela, historicamente, sempre esteve atrelada ao próprio desenvolvimento do pensamento científico.

Essas mudanças, as quais Julliard faz referência, no nosso entender, diz respeito a um “novo paradigma” das ciências como um todo e, inclusive a história, enquanto tal, adequou-se ao “novo”. Esse novo paradigma, pensado aqui, tem o mesmo sentido àquele utilizado por Thomas Kuhn em seu livro “A estrutura das revoluções científicas”. Por paradigma, diz o autor: “Considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universamente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 2011, p. 13).

Mediante ao novo paradigma das ciências como um todo e, evidentemente, junto à história, implicaria em novas condições de pesquisas surgidas na história enquanto objeto de estudo dos historiadores, ou seja, a história que os historiadores conheciam na primeira metade do século XX passaria por mudanças profundas: surgiram novas fontes, novos objetos, novas problemáticas; enfim, novas abordagens.

Os modelos científicos evoluem ou se transformam por intermédio de novos paradigmas ou expansão ou modificações dos já existentes. Assim, a história política com as novas abordagens utilizadas para a análise dos fatos históricos não ficou para traz. Outro fato importante que marca esse contexto de mudanças e rupturas com a nova história política é a mudança do estatuto do saber científico que se modifica. Ao entender o saber científico como uma forma de discurso, Jean-François Lyotard (2011) acredita que as linguagens (fonologia, teorias linguísticas, cibernética, entre outras) afetam o saber em suas principais funções, principalmente: a pesquisa e a transmissão do conhecimento.

Destarte, mediante o contato com ciências vizinhas, tais como a antropologia, demografia, sociologia, ciência política, relações internacionais, economia e outras áreas do saber, a história tornou-se um grande laboratório em que novas experiências foram elaboradas mediante experiências já existentes, pois como afirmou os historiadores Pierre Nora e Jacques Le Goff (1995):

A história não é o absoluto dos historiadores do passado, providencialistas ou positivistas, mas o produto de uma situação, de uma história. Esse caráter singular de uma ciência que possui apenas um único termo para seu objeto e para si própria, que oscila entre a história vivida e a história construída, sofrida e fabricada, obriga os historiadores, já conscientes dessa relação original, a se interrogarem novamente sobre os fundamentos epistemológicos de sua disciplina (LE GOFF; NORA, 1995, p. 12).

Em um contexto histórico, em uma atmosfera a qual cada vez mais atomizada, a política tornou-se um lugar “de gestão do social e do econômico” (RÉMOND, 2003, p. 10); dada à sua relevância, ela muito teria a colaborar nos estudos históricos como um todo.

Segundo René Rémond, o historiador:

É sempre fruto de seu tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a ‘ideologia dominante’, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época (RÉMOND, 2003, p. 13).

De acordo com o historiador René Rémond, a produção da história está sempre relacionada ao momento no qual é lançada. Ao produzi-la, nós, historiadores, estamos sempre a responder às nossas questões contemporâneas. Portanto, por mais que nos esforcemos em reconstruir o contexto histórico em análise, haverá sempre um diálogo entre o homem do presente (historiador) e o passado (suas fontes). Nesse embate, as análises políticas tornam–se importantes a partir do momento em que elas diversificam seu campo de análise, ou seja, a natureza do político alarga-se e, junto a ele, há, também, a “ampliação do domínio da ação política” (RÉMOND, 2003, p. 19).

Para o historiador René Rémond (2003, p. 22), isso se deveu a dois motivos. São eles: as mudanças que afetaram o político bem como o olhar que o historiador lança ao político. Ora, para que essas mudanças ocorressem de fato houve a ampliação do contato da história com outras disciplinas: sociologia, economia, psicologia, ciência política, antropologia, entre outras.

A história política – e esta não é a menor das contribuições que ela extraiu da convivência com outras disciplinas – aprendeu que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com os outros domínios*: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva.* O político não constitui um setor separado: é uma mobilidade da prática social (RÉMOND, 2003, p. 35,36. Grifo nosso).

Como observamos, a história política ampliou e, junto a ela, outros ramos ganharam destaque. Entre eles, podemos citar a história das ideias. Tal qual a história política, a história das ideias foi tão marginalizada ou mais do que a primeira. Até pouco tempo atrás, a história das ideias políticas era tida e entendida como uma história “descarnada”, ou seja, uma história totalmente desprendida do contexto social.

Mais uma vez aqui, chamamos à baila um dos precursores da história dos *Annales,* Lucien Febvre que fez a seguinte afirmação sobre esta vertente historiográfica que analisa a história a partir das ideias:

Ideias que não passam de ideias – pode ser agradável fazê-las colidir com as de um elegante parceiro quando nos sentimos com veia para discutir; iludir-se a si próprio, eis o verdadeiro perigo – mesmo quando as apoiamos, segundo receitas conhecidas e de percurso fácil de seguir, sobre algumas destas citações que não dizem nada porque dizem tudo, e que retiradas do seu meio permanecem sem raízes, como que esvaziadas da sua seiva (FEBVRE, 1989, p. 83).

Lucien Febvre acreditava que a história das ideias era, na verdade, uma história individualista daí sua aversão a esta maneira de estudar a história. Sua concepção sobre a história das ideias na França influenciou toda uma geração de historiadores e, desde então, neste país, a história das ideias recebeu críticas contundentes e, ao mesmo tempo, injustas. Até certo ponto, ela foi deixada de lado, pois, como lembra Roger Chartier:

A *história das ideias* *praticamente não existe*, nem como noção, nem como disciplina (...) e a *história intelectual* parece ter chegado demasiado tarde para substituir as designações tradicionais (história da filosofia, história literária, história da arte etc.) tendo permanecido sem força para se opuser a um novo vocabulário, forjado no essencial os historiadores dos *Annales: história das mentalidades, psicologia histórica, história social das ideias, história sociocultural, etc.* (CHARTIER, 1990, p. 29. Grifo nosso)

Como observamos no excerto supracitado, a história das ideias na França, desde os *Annales*, sofreu muitas críticas. Muitos a ignoram enquanto método de análise histórica. Parte dessa visão do historiador francês Roger Chartier deve–se ao fato de que, na primeira metade do século XX, a história das ideias políticas concentrava-se, sobretudo, em um corpo documental seletivo priorizando as ‘grandes obras’ e, com isso, havia um estreitamento de sua abordagem.

Não obstante, desde o final da década de 1950, a história das ideias políticas, a reboque da história política, busca uma renovação do seu *corpus* *documental* e, com isso, uma renovação de seu enfoque. Se, por um lado, ela esteve presa em sua “torre de marfim”, voltada apenas aos grandes homens e aos “grandes escritos” em uma análise da história premente pelo individualismo, isto é, pelo estudo das ideias em si mesmas, por outro, cada vez mais, ela tem procurado ampliar suas fontes e, com isso, suas abordagens.

*A história das ideias desceu daquele empíreo onde requentava apenas autores de renome*; interessou-se pelas mil degradações do modelo original, pelas formulações vulgares dos temas políticos, pelo pensamento automático dos órgãos de opinião, pelos reflexos condicionados, pela circulação dos mitos e dos estereótipos, pelos novos suportes dos enunciados ideológicos... Mais preocupada em acompanhar o trabalho das ideias na sociedade política, ela passou uma certa forma da história da literatura e da filosofia para uma histórias das mentalidades políticas (WINOCK, 2003, p. 284. Grifo nosso)

Assim, se a história das ideias políticas um dia foi considerada em um “pináculo”, hoje ela não mais pode ser concebida enquanto tal. Cada vez mais os historiadores que realizam esse tipo de análise procuram atentar-se às novas realidades e desenvolvimento social, pois como disse Michel Winock, já não dá mais para os historiadores das ideias políticas prenderem–se apenas em fontes escritas e, mais especificamente, às grandes obras.

Abordagens como essa, não davam conta de explicar a realidade, por ignorar algo essencial nos estudos históricos: o social, as relações sociais vividas, o corriqueiro e o cotidiano, enfim, as relações humanas.

Essa abordagem [pelas grandes obras], despreza, por definição, a expressão corriqueira e banalizada dos temas políticos: os clichês, as ideias prontas, os preconceitos, as crenças coletivas, os mitos, as palavras de preconceitos, as crenças coletivas, os mitos, as palavras de ordem, os *slogans*, a herança precariamente formulada das convicções, a própria vulgarização das grandes obras, seja nos manuais escolares, na vulgata das organizações políticas, seja através da imprensa, das canções, dos congressos e dos banquetes, dos discursos e das imagens sonoras ou visuais dos novos meios de comunicação de massa... Em *suma, as ideias políticas não são apenas as dos filósofos e dos teóricos, mas também as do homem comum* (WINOCK, 2003, p. 278. Grifo nosso).

Assim, como observamos no excerto supracitado, houve uma diversificação das fontes ao longo dos anos e os historiadores do político não ficaram de fora de sua incorporação nos estudos históricos.

Já não se priorizava apenas as ideias em si, mas ao contrário, mediante as ideias e ideais predominantes ou não de uma época, o historiador da história das ideias recupera as múltiplas dimensões da história, isto é, a história vivência, que evidentemente ocorre no campo social.

**A contribuição de Pierre Rosanvallon à história filosófica do político**

Acreditamos ser necessário ressaltar que a análise da proposta da história de Pierre Rosanvallon pauta nosso trabalho de análise, uma vez que as questões aqui levantadas são vistas a partir deste autor. E antes mesmo de iniciarmos a análise da proposta da história deste autor, há que se deixar claro que consideramos, neste trabalho, as questões a partir dele. Assim, não tivemos a preocupação de acompanhar o debate historiográfico sobre a história política ao longo das décadas do século XX, mas sim destacar que, de certa maneira, o conjunto da obra de Rosanvallon consiste numa resposta aos críticos da história política, bem como em uma nova maneira para se pensar o político.

Destarte, é preciso localizar Pierre Rosanvallon bem como outros autores que são expoentes em debates e interpretes que, desde os anos da crítica ao Totalitarismo, pensaram o “político” e a rerresponsabilização do conjunto da sociedade pela política. Entre eles, podemos citar: Claude Lefort, Pierre Clastres, Raymond Aron e, produzindo à época de Rosanvallon, Marcel Gauchet que lidaram com este ponto (LYNCH, 2010, p. 20). Cabe ressaltar ainda que nosso interesse nestes autores se dá enquanto críticos e formuladores de uma nova maneira de pensar o político e suas relações com o social, o econômico, o religioso, o cultural, enfim, em suas múltiplas dimensões.[[3]](#footnote-4)

Dentre estes vários expoentes da “Escola Francesa do Político” citados acima, que tratam “do político”, foi Claude Lefort quem, de certa maneira, deu início a uma outra maneira de pensar o político. Sobre Lefort, o cientista político Christian Edward Cyril Lynch fez a seguinte afirmação:

As reflexões acerca “do político” propriamente dito devem ser atribuídas, porém, à filosofia de Claude Lefort. Ele situa a sua reflexão num plano filosófico à maneira aristotélica que lhe permite considerar o político como abarcando a totalidade do social valendo-se, simultaneamente, de todos os instrumentos disponíveis para tanto oriundos dos mais diversos campos do conhecimento social (LYNCH, 2010, p. 20).

Em seus estudos, nos quais busca integrar a história à filosofia política, Claude Lefort vê o político enquanto “símbolo” do social. Deste modo, para este autor, seja qual for a origem bem como o assunto abordado pelo pesquisador, este deve encontrar “os *sinais do político* lá onde são, com mais frequência, ignorados, ou denegados” (LEFORT, 1991, p. 9. Grifo nosso).

Assim, a partir da orbita da “filosofia política”, Claude Lefort, ao buscar a dimensão simbólica do social existente no vivido, rompe ao mesmo tempo com a ciência política e com o marxismo. Pensar o político para este autor é pensá-lo, então, em uma perspectiva distinta da ciência política no que tange ao seu caráter do conhecimento positivo distante de outros domínios, tais como: econômico, social, religioso, estético.

Sua forma de compreender o político não se limita em vê-lo enquanto “um setor particular da vida social”, mas, ao contrário, é visto então como “um princípio ou de um conjunto de princípios geradores das relações que os homens matem entre si e com o mundo” (LEFORT, 1991, p. 10).

Ao mesmo tempo em que Lefort rompe com a ciência política ao “pensar livremente”, também rompe com o marxismo, pois “pensar o político, em nosso tempo, requer uma sensibilidade ao *histórico* que não anula, mas, ao contrário, torna mais necessário o abandono da ficção hegeliana ou marxista da história” (LEFORT, 1991, p. 13. Grifo no original).

Lefort não concebe a hipótese de que ao se realizar um estudo político, o pesquisador parta de modelos teóricos prontos e acabados. Isto, para ele, é inconcebível, uma vez que não é possível realizarmos análises do campo político enquanto algo fechado em si mesmo e que não se inter-relacione com o vivido.

Ora, o pensamento do político assim como de todos os indivíduos, segundo Lefort, “excede o quadro de toda doutrina ou de toda teoria. Com a escrita, o pensamento mantém a tensão que o habita, submete-se à exigência de enfrentar as questões que estão no cerne de todo estabelecimento humano e a exigência de afrontar-se com o que advém” (LEFORT, 1999, p. 13).

Mas afinal, o que é pensar “o” político para Claude Lefort?

O pensamento que formamos *do* político é muito diferente. Por esse termo visamos – fiéis à inspiração mais antiga e mais constante da filosofia – os princípios geradores da sociedade, ou, melhor dizendo, das diversas formas de sociedade. Seria absurdo julgar então que apreendemos o político em extensão mais vasta. Forjamos a respeito outra ideia e somos guiados por outra exigência de conhecimento. Para indicar com precisão o sentido dessa ideia, dessa exigência, não é necessário recorrer ao debate multissecular que marca a história da filosofia política [...] Em outras palavras, se, aos olhos do filósofo, o político não se mostra localizável *na* sociedade, é por uma razão muito simples: a própria noção de sociedade já contém a referência a uma definição política; essa simples razão faz com que o espaço nomeado sociedade não seja concebível em si, como um sistema de relações tão complexo quanto possamos imaginar; pelo contrário, seu esquema diretor, o modo singular de sua instituição, é que torna pensável (aqui e acolá, no passado e no presente) a articulação de suas dimensões e as relações que se estabelecem em seu bojo entre classes, grupos indivíduos, assim como entre práticas crenças representações (LEFORT, 1991, p. 253, 254).

Como observamos, Claude Lefort amplia o conceito do político movendo-o de seu campo, tradicionalmente engessado, a saber: partidos políticos, sindicatos, Estado, eleições, dentre outros; ele o aborda na dimensão do simbólico. Tal abordagem permite-nos, desse modo, uma dimensão mais ampla do vivido, dos embates entre e intraclasses; enfim, do social, pois assim encontramos a “marca do político” em todos os lugares: “nos fatos, nos atos, nas representações, nas relações que não atribuímos para servir a tal ou qual registro determinado de nossa ‘condição’” (LEFORT, 1991, p. 15).

Outro autor que vê no político uma dimensão simbólica é o antropólogo Pierre Clastres. Este, em seu livro *A sociedade contra o Estado*, faz críticas contundentes à maneira como o político é pensado nas sociedades ditas “civilizadas”, que, em sua visão, está ligada a uma visão etnocêntrica dominante.

Destarte, Pierre Clastres ao analisar a questão do político nas sociedades primitivas da América do Sul compreende que “não se trata simplesmente de um problema ‘interessante’, de um tema reservado apenas à reflexão dos especialistas, pois a Etnologia ganha as dimensões de uma teoria geral (a construir) da sociedade e da história” (CLASTRES, 1978, p. 139).

É importante salientar que Pierre Clastres não fez uma sociologia do Estado. Não na perspectiva que os cientistas políticos costumavam realizar. Deste modo, para Clastres é decisiva a divisão tipológica entre “selvagens” e “civilizados” que se dá na “ruptura do político” (CLASTRES, 1978, p. 141).

Diz o autor:

É então a ruptura política – e não a mudança econômica – que é decisiva. *A verdadeira revolução, na proto-história da humanidade não é a do neolítico, uma vez que ela pode muito bem deixar intacta a antiga organização social, mas a revolução política,* é essa aparição misteriosa, irreversível, mortal para as sociedades primitivas, o que conhecemos sob o nome de Estado [...] Somente uma convulsão estrutural, abissal, pode transformar, destruindo-a como tal, a sociedade primitiva, abissal: aquilo que faz surgir em seu seio, ou do exterior aquilo cuja ausência mesma defina essa sociedade, a autoridade da hierarquia, a relação de poder a dominação dos homens, o Estado (CLASTRES, 1978, p. 141. Grifo nosso).

É interessante atentar ao fato de que no momento no qual Pierre Clastres vê o político nas sociedades primitivas, este autor rompe com a visão tradicional de poder nas ciências sociais ampliando, assim, sua dimensão. Se para muitos o poder se faz presente na figura do Estado, como seria possível entender o poder em uma sociedade sem o Estado? Isto só seria possível se a compreensão sobre o campo político fosse alargada.

Mas então qual seria o espaço do político nestas sociedades primitivas, uma vez que o poder político isolado de um chefe, por exemplo, não existe? Para Pierre Clastres se as sociedades indígenas do continente americano rejeitam o poder político como coerção ou violência “legítima”, característica de um chefe de Estado, tal negação não necessariamente traduz um vazio, pois não seria possível pensar o social sem o político. Para ele, há a “impossibilidade interna do poder político separado numa sociedade primitiva” (CLASTRES, 1978, p. 149).

Como observamos, tanto em Claude Lefort quanto em Pierre Clastres, por exemplo, o campo do político é alargado. Este é de certa maneira, indissociavelmente inseparável do social e, no diálogo com estes autores, Pierre Rosanvallon pensar o político a partir da história filosófica do político.

Para clarearmos melhor a definição do político, trazemos à baila reflexões da filosofia política do pensamento de Hannah Arendt que deixou um grande legado nesta área e que, mais tarde, Pierre Rosanvallon também se utilizou para pensar a história filosófica do político.

Para Hannah Arendt, a “política trata da convivência entre diferentes” (ARENDT, 2012, p. 21). Ora, se a política trata da convivência, seu lugar se dá na pluralidade dos homens e não apenas no homem singular, pois para ela: “o homem é apolítico. A política surge no *entre-os*-homens; portanto, totalmente *fora dos* homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intraespaço e se estabelece como relação” (ARENDT, 2012, p. 23. Grifo no original).

A relação dialética que a política exerce sobre nós em nossa vida cotidiana, em nossas vivências e experiências, em suma, nas relações humanas, isto se dá, também, na dimensão política da história.

Inspirado na definição de Hannah Arendt, Pierre Rosanvallon, por meio da história filosófica do político, procura entender as relações entre indivíduos e o mundo em que vivem. Para que possamos continuar, faz-se necessário entendermos a definição de político de Pierre Rosanvallon e como sua análise pode complementar os estudos da história das ideias políticas. Por político, Rosanvallon entende:

Como uma esfera de atividades caracterizada por conflitos irredutíveis. O político resulta da necessidade de estabelecer uma norma para além do ordinário, norma que, entretanto, não pode de modo algum ser derivada de algo natural. O político pode, portanto, ser definido como o processo que permite a constituição de *uma ordem a que todos se associam,* mediante deliberação das normas de participação e distribuição” (ROSANVALLON, 2010. p. 42. Grifo nosso).

Destarte, como observamos no excerto acima, o campo político torna-se um importante meio de entendermos as relações sociais vividas bem como os conflitos entre classes, segmentos de classes e indivíduos no estabelecimento de “uma ordem a que todos se associam”. Assim, por meio da história filosófica do político é possível criar um entendimento de como são tencionados as instituições representativas:

O objetivo da história filosófica do político é promover um entendimento acerca do modo por que são projetados e se desenvolvem os sistemas representativos, que permitem aos indivíduos ou grupos sociais conceber a vida comunitária. Na medida em que essas representações nascem de um processo em que a sociedade está constantemente se reexaminando, e que elas não são exteriores às consciências dos atores, a história filosófica do político objetiva, primeiramente, entender como uma época, um país ou um grupo social teta construir respostas para aquilo que, com maior ou menor precisão, elas percebem como um problema. Segundo, a partir da definição de áreas histórico-conceituais, ela busca fornecer uma descrição histórica da atividade intelectual decorrente da permanente interação entre a realidade e sua representação. Seu objetivo consiste, portanto, em identificar as *constelações históricas* em torno das quais novas racionalidades políticas e sociais se organizam, representações da vida pública sofrem mudanças decorrentes da transformação das instituições e das formas de relacionamento e de controle social (ROSANVALLON, 2010, p. 44. Grifo no Original).

Consideramos essa passagem importante por demonstrar como Pierre Rosanvallon entende a história filosófica do político. Para o autor, o importante a ser considerado é que a sociedade não deve ser concebida como algo estanque, imutável, mas ao contrário, deve ser pensada como “constantemente se reexaminando” e ao se reexaminar, os indivíduos que a compõem, fazem escolhas, debatem, discutem, aceitam propostas em detrimento de outras, o que leva o mundo social a permanentes transformações. Deste modo, a maneira de pensar a história de Rosanvallon torna-se uma significativa ferramenta para deslindar a sociedade.

Rosanvallon, assim como o historiador inglês Quentin Skinner,[[4]](#footnote-5) critica as análises textualistas que indicam que o texto basta a si mesmo, ou seja, que ele é autossuficiente na análise da história das ideias e no entendimento de uma época. Destarte, Pierre Rosanvallon rechaça tais abordagens “presentistas” que buscam, no passado, justificativas para o presente.

A história filosófica do político segue a história das mentalidades, ao preocupar-se em incorporar todos os elementos que produzem este objeto complexo que é a cultura política. Esta tarefa certamente inclui o modo por que grandes textos teóricos são lidos, mas também a atenção às obras literárias a imprensa e os movimento de opinião, panfletos e discursos parlamentares, emblemas e signos. Ainda mais largamente a história dos eventos e instituições deve ser apreendida como algo em permanente construção, de tal modo que, assim considerada não há objeto que possa ser considerado alheio para esse tipo de história do político. Ela consiste em reunir todos aqueles materiais empregados cada um de modo separado, por historiadores das ideias, das mentalidades, das instituições e dos eventos (ROSANVALLON, 2010, p. 45)

Se por um lado temos essa convergência na forma de análise das ideias entre Skinner e Rosanvallon, e o reconhecimento deste em relação àquele: “Sua contribuição [a de Quentin Skinner] (...) permanece inestimável e reconheço prontamente meu débito para com ele” (Rosanvallon, 2010, p. 63), há também pontos de divergências nos quais Rosanvallon critica sua abordagem quanto à “falta de distinção adequada entre o problema dos temas perenes da filosofia e aquele resultante das questões contemporâneas relevantes” (Rosanvallon, 2010, p. 62). O referido autor defende a ideia de que só se legitima o estudo do passado a partir do momento em que ele nos auxilia no entendimento de nossa própria realidade, ou seja, do presente.

Outro ponto em que ambos os autores se divergem é quanto à forma como se colocam frente a historiografia francesa que versa sobre a história das ideias. Enquanto Quentin Skinner rompe com a maneira a qual os franceses pensam a história das ideias, a história política de Pierre Rosanvallon (2010, p. 50), busca a “ampliação e renovação do que ruptura com a escola histórica francesa”.

Tal como Fernand Braudel, que construía uma história total, Pierre Rosanvallon, também realiza o mesmo projeto, porém uma história filosófica do político que seja total, que renove o saber historiográfico para “construir o sentido político em toda a sua complexidade”. Diz Pierre Rosanvallon:

A nova história filosófica do político deve ser compreendida no interior deste conjunto maior de inovações na disciplina. É essa nova história que se apropria, de um modo distinto, do antigo projeto de uma história total – uma história na qual, em princípio, não se separam os diferentes instrumentos das especialidades históricas. Nesse sentido, a história do político pode extrair conhecimento da história cultural, da história social; da história das instituições políticas e da história das ideias. Entretanto, o que lhe confere a coerência não é apenas a variedade de instrumentos de que ela pode dispor, e sim seu objeto próprio. É a particularidade de seu objeto que a distingue de outras áreas da história (ROSANVALLON, 2010, p. 47, 48).

Assim, nosso objetivo neste artigo foi apresentar a maneira em que Pierre Rosanvallon pensa a história filosófica do político que:

Ao buscar identificar de modo exaustivo as intersecções entre os conflitos humanos e suas representações do mundo, essa história filosófica considera o político Omo o terreno em que a sociedade transforma a si mesma. Recordemos: objetivos e métodos não podem estar dissociados. Não se trata, portanto, de fazer uma simples história das ideias, mas de entender o pano de fundo contra o qual as categorias que refletem a ação são tanto constituídas quanto transformadas; de analisar como surgem as questões e elas se refletem na ordem social, trançando uma estrutura de possibilidades, delineando sistemas de oposição e tipos de desafiador. Com efeito, a história política não deve ser entendida como um desenvolvimento mais ou menos linear, que apresenta uma sucessão de conquistas e derrotas antes de nos conduzirem ao fim da história (ROSANVALLON, 2010, p. 59, 60).

Deste modo, estudar história é fazer escolhas; uma simples questão de elegermos a técnica que melhor se apropria a nosso objeto de pesquisa. Contudo, entendemos que por meio da história das ideias do político há a possibilidade de um meio que possibilita “entendermos a fundo” como são constituídas e transformadas a ordem social e política da sociedade.

**Considerações finais**

Neste artigo procuramos recuperar uma trajetória da História Política, bem como seus desdobramentos que ocorreram ao longo dos anos após sofrer duras críticas pelos integrantes do grupo dos *Annales.* Assim, procuramos demonstrar que mais do que a ruína de um método de pesquisa histórica houve, na verdade, um eclipse de investigação científica histórica por um grupo habilmente articulado e que procurou ocupar os principais postos de pesquisas históricas.

De tal modo, não conseguindo responder à altura os *Annales,* a História Política acabou aos poucos afastada, principalmente quando Fernand Braudel, segunda geração dos *Annales,* assumiu a liderança da Revista, bem como a VI Seção *École pratique des hautes études* na França.

Em resposta à ofensiva dos *Annales*, os historiadores do político, entre eles Pierre Rosanvallon, criaram a *Fondation Nationale de Sciences Politiques* na Universidade de Paris X, um espaço de sociabilidade em que especialistas de diversas áreas pensavam a renovação do político. Entretanto, a principal área de influência para a história se deu com a ciência política.

Diante das várias perspectivas de trabalho, Pierre Rosanvallon é quem foi mais longe no sentido de associar o político ao social. Ele pensou o primeiro não como um campo hegemônico em relação ao segundo, mas como um espaço em que se articula o social e suas representações: enfim, as vivências cotidianas.

Destarte, acreditamos que a proposta de Pierre Rosanvallon de pensar a história filosófica do político, quando bem empregada, pode contribuir sobremaneira com os estudos históricos ao trazer novas possibilidades aos historiadores. Essa nova abordagem faz um nexo entre o social e o político sem, contudo, deixar de lado outros campos, como: o econômico, o cultural, o intelectual e o religioso.

**Referências**

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Fragmentos das Obras Póstumas compilados por Ursula Ludz.Trad. Reinaldo Guarany. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BURKE, Peter. *O que é histórica cultural?* Trad. Sérgio Goes de Paula. 2ª Ed. Rev. e Ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia:* a Escola dos Annales (1929 – 1989). Trad. Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CHARTIER, Roger. *A História cultural:* entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado:* pesquisa de antropologia política. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, 1978.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história.* Trad. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz, 3ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FURET, François. “O historiador e a história: um relato de François Furet”. Entrevista publicada na *Revista* *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, vol.1, nº I, 1988.

JULLIARD, Jacques. “A Política”. IN: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História:*novas abordagens. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 181-193.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas.* Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira, 10ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LEFORT, Claude. *Pensando o político:* ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Trad. Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEFORT, Claude. *Desafios da escrita política.* Trad. Eliana M. Souza. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

LE GOFF, Jacques. “A política será ainda a ossatura da história?” IN: LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval.* Lisboa: Edições 70, 1990.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. “Introdução”. IN: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas.* Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LYOTTARD, Jean–François. *A condição pós-moderna.* Trad. Ricardo Corrêa, 14ª Ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2011.

LYNCH, Christian Edward Cyril. “A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político”. In: ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Trad. Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

RÉMOND, René. *Por uma história política.* Trad. Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Trad. Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

WINOCK, Michel. **“**As ideias políticas”. IN: RÉMOND, René. *Por uma história política.* Trad. Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.271–294.

 Recebido em 9 de Março 2014/ Aprovado em 15 de Junho 2014.

1. \* Doutorando em Historia Social pelo Programa de Pós-graduação em História (UNESP/Campus de Assis). É professor do curso de História na Faculdade Santa Izildinha (FIESI/UNIESP) Rua Mimas, 99, São Mateus, São Paulo/SP, CEP 08330-485, E-mail: <pplbarbosa@gmail.com>. [↑](#footnote-ref-2)
2. Ver, por exemplo, o artigo de Jacques Le Goff (1990) “A política será ainda a ossatura da história?”. [↑](#footnote-ref-3)
3. Em nossas considerações que se seguem não temos por objetivo esgotarmos as análises sobre estes autores que procuram renovar o ‘político’, até porque isto nos demandaria um outro texto o qual pretendemos desenvolver em oportunidade futura, mas, ao contrário, procuraremos apenas destacar Pierre Rosanvallon enquanto membro de uma nova geração de estudiosos do ‘político’ e sua íntima relação com o social. [↑](#footnote-ref-4)
4. A década 1960 foi muito profícua à história das ideias políticas, principalmente nos países de língua inglesa, EUA e Inglaterra, graças a trabalhos como John Pocock, John Dunn e Quentin Skinner. Entretanto, foi esse último historiador que mais contribuiu com as discussões acerca da análise das ideias políticas. Em artigo publicado em 1969, intitulado “Meaning and Understanding in the History of Ideas” Nesse artigo, Skinner tem dois principais objetivos, a saber: primeiro, colocar fim às tradições historiográficas de análise da história das ideias que insistiam como procedimento que o contexto determina o sentido de qualquer texto dado e, por isso, deveria ser proporcionar o marco decisivo em sua interpretação e a outra a qual atribuí ao texto uma autonomia relativa a sua análise. O segundo objetivo seria propor um novo método de análise da história do pensamento político por meio do *contextualismo linguístico*. No que tange ao primeiro objetivo, ou seja, a crítica à forma de se fazer a história das ideias, para o historiador Quentin Skinner, nenhuma das duas maneiras era capaz de obter uma compreensão da obra literária. Ambas as abordagens, tanto a que considerava o contexto determinante do sentido do texto histórico (literário) e a que advogada uma autonomia do texto, são ortodoxias inadequadas. Diz o autor: “No que segue, minha preocupação será considerar uma atrás da outro estas duas ortodoxias e provar que ambas compartilham em substância a mesma inadequação básica: nenhum dos dois enfoques parece um meio suficiente e nem sequer apropriado de alcançar uma compreensão conveniente de qualquer obra literária ou filosófica dada. Pode demonstrar-se que ambas as metodologias contem erros filosóficos nos supostos que estabelecem sobre as condições necessárias para a compreensão de enunciados.” (SKINNER, 2000, p. 149, 150) [↑](#footnote-ref-5)